

Resenha

O naturalismo moral e o pessimismo em *A Origem dos Sentimentos Morais* de Paul Rée

RÉE, Paul. *A Origem dos Sentimentos Morais*. Trad. André Itaparica e Clademir Araldi. São Paulo: Ed. da Unifesp, 2018.

Jarlee Salviano*

A Coleção *Sendas & Veredas* vem há dezoito anos se constituindo como um dos mais importantes veículos de divulgação do pensamento de Friedrich W. Nietzsche no país, através de trabalhos de renomados especialistas (brasileiros e estrangeiros) na obra do polêmico filósofo alemão, promovendo um espaço permanente de debate filosófico sobre as mais variadas abordagens e impactos da filosofia nietzschiana. Além das séries *Ensaios e Recepção*, a Coleção conta agora com a série *Fontes*. O primeiro livro, que dá início a esta série, é a excelente tradução de André Itaparica e Clademir Araldi de *A Origem dos Sentimentos Morais*, de Paul Rée. Coordenada pela professora Scarlett

* Professor de filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.
Correio eletrônico: jarlee.salviano@ufba.br.

Marion, a Coleção inaugura também, com esta tradução, sua nova casa: a Editora da Unifesp.

Paul Rée escreve o livro em 1877. De uma intensa conversação em Sorrento com o amigo Nietzsche (que conhecera no período de Basel, após a publicação de *O Nascimento da Tragédia*) surgiram *A Origem dos Sentimentos Morais* e o *Humano, Demasiado Humano* de Nietzsche. A amizade entre os dois foi regada ao pessimismo de Arthur Schopenhauer, de quem Rée herdou os elementos filantrópicos de sua ética. Apesar de comungar com Nietzsche, contra Schopenhauer, a proibição de qualquer fundamentação metafísica da moral, a concepção do *desinteresse* altruísta da ética da compaixão schopenhaueriana marcou profundamente o pensamento e a vida de Paul Rée – além do naturalismo ético de Rée, que influenciou decisivamente a genealogia nietzschiana, noutro ponto ainda poder-se-ia notar a contravenção em relação a Schopenhauer: caso fosse comprovado, o suicídio de Paul Rée (tendo em vista a rejeição schopenhaueriana do suicídio, como escapatória à sua visão trágica da vida). Com o rompimento do triângulo intelectual-amoroso entre os dois e Lou von Salomé, e após o casamento de Lou com Friedrich Carl Andreas, Rée refugia-se em sua cidade natal promovendo ações filantrópicas através do conhecimento de medicina que adquiriu após a desistência da docência em filosofia. Em Nietzsche, o doloroso dessabor em relação a Lou Salomé originou a orgiástica explosiva poesia de *Assim Falou Zaratustra*.

A tradução de Itaparica e Araldi oferece ao leitor uma apresentação inicial em que são apontadas, com riqueza de detalhes, as aproximações e os distanciamentos de Paul Rée e Nietzsche, em toda a obra dos dois filósofos e em relação ao ensaio traduzido; bem como uma nota biográfica, ao final, sobre Rée.

A comparação feita de início pelo autor de *A Origem dos Sentimentos Morais* entre o geólogo e o filósofo da moral dá a dimensão da tarefa a ser empreendida. Assim como o primeiro inicialmente

“inspeciona e descreve diversas formações” e só então parte para a investigação de suas causas, também o segundo participa do mesmo esforço genealógico: parte da experiência para a origem dos conceitos éticos (como a consciência moral, liberdade, justiça, castigo, caráter etc.). Sem uma pretensão de esgotamento sistemático do assunto. Antes uma lacuna, diz ele, que um tapa-buraco.

Num estilo direto, incisivo, sem meias palavras, e com a ajuda do evolucionismo de Darwin, Paul Rée quer reduzir o fenômeno moral a causas materiais e históricas. Em relação aos conceitos de Bem [*gut*] e Mau [*böse*] o autor procura mostrar que o egoísmo e o altruísmo são inerentes à natureza humana. São inatos, heranças de “nossos ancestrais animais”. O Mau se configura em diversas atividades egoístas, em especial na preservação, satisfação sexual e vaidade. A realização dos anseios do ego, em contraposição ao altruísmo, encontra naturalmente no outro um obstáculo a ser superado. O clímax deste impulso imoral se encontra no prazer da desgraça alheia ou *alegria maligna* [*Schadenfreude*]. Por outro lado, o instinto altruísta visa ao bem-estar no outro, sua promoção, ou o afastamento do infortúnio. Do mesmo modo, a complacência [*Mitfreude*] objetiva tão somente a felicidade do outro. São bem visíveis aí os traços da ética da compaixão de Schopenhauer. A novidade consiste na ideia da distinção entre a compaixão altruísta (a exemplo da ação da mãe perante a dor do filho) e a compaixão egoísta: diante da dor alheia e tendo em vista que esta dor causa sofrimento num espectador, este age compassivamente, ainda que em vista da eliminação do sofrimento próprio. A motivação, portanto, não parte do outro, mas de si mesmo.

Louvável decerto, a secura da prosa de Paul Rée origina, no entanto, em alguns momentos, uma atmosfera conceitual rarefeita, como no caso da apresentação da tese schopenhaueriana sobre o altruísmo. Rée fornece, no primeiro capítulo, uma versão um tanto caricaturada do filósofo pessimista. Ele toma primeiramente como referência o pequeno e não tão expressivo ensaio *Sobre a Vontade*

na *Natureza*, que trata *en passant* da questão ética da compaixão. E comete um grave equívoco: utilizando-se da distinção kantiana entre princípio *constitutivo* e *regulativo*, diz ser a *Vontade de vida* de Schopenhauer (o conceito mais importante de sua filosofia, o princípio ontológico que ele faz equivaler à Coisa em si de Kant) um conceito meramente *regulativo*: termo utilizado por Kant para se referir ao uso das Ideias da Razão Prática, como Deus e alma imortal. Não se pode dizer, sobre a *Wille zum Leben* de Schopenhauer, que devemos tomá-la ao modo do “como se”.

Enfim, interessa a Rée neste primeiro capítulo a ultrapassagem desta fundamentação metafísica do altruísmo para se chegar sem demora à concepção darwiniana e historicista dos sentimentos morais. De Darwin ele toma a tese de que em várias espécies animais (como em nossos ancestrais símios) já se manifesta o instinto de sociabilidade, que se fortaleceu através da seleção natural, e que originará o sentimento de compaixão. E é justamente este instinto, ligado à compaixão e à complacência, que dará o ritmo da seleção.

A dualidade egoísmo-altruísmo que marca a filosofia moral de Rée não o levou, contudo, a lançar mão do conceito kantiano de *interesse*, presente também no ambiente filosófico pós-kantiano. O seu oposto, o *desinteresse*, aparece timidamente em alguns capítulos, sem um maior desenvolvimento.

Na esteira de Schopenhauer e Rousseau, e contra a deontologia de Kant, o princípio da moralidade tem a ver fundamentalmente com a intersubjetividade: com a relação com o outro – a despeito dos aspectos formais do agir (o *respeito pela lei moral* de Kant) ou da virtude ou vício do agente moral, importa a Paul Rée a consequência (maléfica ou benéfica) da ação para o outro. Daí o aspecto utilitarista de sua ética. E neste ponto se distancia de Schopenhauer, que já é representante de uma *ética da virtude* (santo e monge budista), de uma doutrina do caráter metafísico inato, e se contrapõe a toda ética consequencialista.

O egoísmo (mais natural que o altruísmo), através do medo do castigo e da troca comercial, originou o Estado. O conceito de *bom*, de ação boa, surge através do hábito de ajuizar uma ação como boa a partir de sua utilidade: posteriormente a ação passa a ser considerada boa em si, independente da constatação imediata de sua utilidade.

A didática preocupação do autor leva-o a concluir o primeiro capítulo sobre a origem dos conceitos de Bem e Mau com um procedimento inusitado: uma compacta “síntese do primeiro capítulo” (do mesmo modo, realiza o fechamento da obra com uma “recapitulação e conclusão”).

O segundo capítulo trata da origem da consciência moral. Servindo-se de Hume e do utilitarismo de John Stuart Mill, defende que a naturalidade com que associamos o egoísmo ao mau e o altruísmo ao bem se deve a que desde tenra infância observamos, no meio social em que nos desenvolvemos, serem frequentemente louvadas as ações altruístas e censuradas as egoístas. O altruísmo e o egoísmo são inatos ao homem, mesmo no “estado de natureza”, mas o louvor ou censura, no entanto, são resultados de hábitos culturais e históricos. Caso ocorresse o contrário (louvor ao egoísmo e censura ao altruísmo) então conectaríamos naturalmente o altruísmo ao mal e o egoísmo ao bem. A sensação dolorosa, determinada por tal hábito, pela percepção de ter cometido uma má ação, e a autocensura advinda daí, constitui o *remorso*.

Rée faz referência, no terceiro capítulo (que trata da responsabilidade e da liberdade da Vontade), a uma série de pensadores que negariam a liberdade da vontade. Entre essas referências, está o ensaio *Sobre a Liberdade da Vontade* de Schopenhauer: e aqui se nota outro equívoco: na verdade Schopenhauer rejeita a ideia do livre-arbítrio, a pretensa liberdade incondicional da consciência – nele, Vontade (irracional, metafísica, livre) e arbítrio (intelectual, determinado) são coisas distintas. Chegam os dois filósofos ao mesmo *determinismo*, mas por vias diferentes, amparados em concepções

diversas do conceito de vontade. Consequentemente, responsabilidade e castigo (ainda que necessário para a manutenção da paz através do Estado) têm também origem no hábito e na ilusão da liberdade da vontade. Rée se contrapõe a Kant, quanto à tese da responsabilidade moral aplicada não à ação, mas ao caráter inato.

Ainda no que diz respeito ao remorso, pode-se entendê-lo de dois modos: arrependimento pelo ato cometido (*operari*) ou pelo caráter (*esse*) responsável pelo ato. Em ambos a causa deste desconforto moral é o acima mencionado hábito de associação doajuizamento (bom/mau) com a valoração (louvável/censurável). Isto se dá em vários níveis, de acordo com o indivíduo e sua formação cultural.

No quarto capítulo, Paul Rée critica o “senso de justiça” (retaliação) por também ser fundado na ilusão da liberdade da vontade. Há aí, segundo ele, o esquecimento do sentido originário e legítimo do castigo: como repreensão que visa ao impedimento futuro de más ações. Rée concorda com os preceitos utilitaristas que afirmam que os fins justificam os meios e que de dois males é legítimo a escolha do menor mal: é “racional, bom e louvável”. Mas desde que o fim de fato seja bom. Ele critica aqueles que fizeram mau uso deste preceito.

O quinto capítulo faz uma descrição (guiada pelo utilitarismo e pelo pessimismo inerentes ao ensaio) fenomenológica da *vaidade*, tão essencial à natureza humana quanto o egoísmo. A vaidade é inata, assim como o egoísmo, e surge como um instinto hereditário. Desejamos inevitavelmente a boa opinião por nos ser agradável, portanto útil. Como resultado, devido ao malogro constante de tal intento, temos na vida muito mais desprazer que prazer. Ou a dor, ou o tédio (quando falta o ímpeto da *ambição* que impulsiona ao trabalho): eis a vida.

O egoísmo e a vaidade, no entanto, são constantemente acobertados, pois, segundo a máxima utilitarista, é agradável ser considerado bom; e doloroso ser considerado mau: hipocrisia inevitável, sem a qual se tornaria impensável qualquer sociabilidade.

“As palavras pacíficas que dois homens trocam entre si são apenas postos avançados dos exércitos de sentimentos hostis acampados nos seus corações”.

Boa parte desse capítulo, em que Rée trata dos sentimentos que estão na base da vaidade, como o orgulho e o ciúme (numa discussão que envolve ilações sobre diferenças de gênero controversas para os dias atuais), são compostos de modo aforismático, o que muito deve ter agradado ao amigo-leitor, Nietzsche. Enfim, é preciso notar a importância da vaidade para a existência do Estado: sem ela, este seria impossível, tendo em vista ser essencial a ambição e sentimento de honra dos governantes, advindos da vaidade.

Quanto ao progresso moral, Rée afirma que tal progresso deveria se dar ou por seleção natural (no entanto se demonstra que não se conservam os povos nos quais predomina o altruísmo); ou pelo hábito, a experiência da frequência do altruísmo (igualmente malgrado, pois ocorrem poucos casos de experiência altruísta, e não se pode aumentá-los pela educação). Entretanto, é possível ainda pensar no progresso moral: pelo patriotismo, que se constitui inicialmente de maneira xenofóbica, mas que evolui aos poucos; através do fomento dos bons costumes; e pelo fato de os homens, no decorrer do tempo, se tornarem domesticáveis.

Rée fecha o ensaio analisando a relação entre bondade e felicidade. Mostra o autor que a despeito de todos os esforços é momentânea e superficial toda satisfação. Tanto o homem bom quanto o homem mau têm seu quinhão de sofrimento, seja pelo infortúnio causado pela paixão, no caso do primeiro, seja pelo remorso, no caso do segundo. Conclui, ao modo schopenhaueriano, que a vida é uma oscilação entre árduo sofrimento e insuportável tédio. E que o homem, pela complexidade de sua constituição nervosa, é o mais sofrível dos seres. Contudo, a moralidade ainda é tomada como essencial, pois fomenta o bem-estar dos outros.

Salviano, J.

Referências bibliográficas

GRUPO DE ESTUDOS NIETZSCHE. *Sendas e veredas*. Disponível em: <<http://www.gen.ffch.usp.br/sendasveredas>>. Acesso em 26/06/2018

RÈE, Paul. *A Origem dos Sentimentos Morais*. Trad. André Itaparica e Clademir Araldi. São Paulo: Ed. da Unifesp, 2018.

Resenha recebida para publicação em 26/06/2018

Resenha aceita para publicação em 15/08/2018